

Marco Aurélio Serau Junior

OPERAÇÃO PENTE-FINO

E MINIRREFORMA PREVIDENCIÁRIA

LEI 13.846/2019



PAIXÃO
EDITORES

Porto Alegre, 2019

Copyright © 2019 Paixão Editores

1ª Edição – Julho de 2019

1159984

S482o Serau Junior, Marco Aurélio
Operação pente-fino e minirreforma previdenciária:
Lei 13.846/2019 / Marco Aurélio Serau Junior. – Porto Alegre :
Paixão, 2019.

224p.
ISBN 978-85-60392-59-9

1. Direito. 2. Direito previdenciário. 3. Lei nº
13.846/2019. 4. Previdência Social. I. Título

CDU 351.84

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB
10/1273

Capa: Giselle Vargas

Diagramação: Pedro Paixão Rodrigues

Projeto Gráfico: Rosane Guedes

Todos os direitos reservados. É expressamente proibida
a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio
ou processo, sem a prévia autorização do editor.
(Lei 9.610, de 19.02.1998 - DOU 20.02.98)



PAIXÃO
EDITORES

PAIXÃO EDITORES LTDA.
CNPJ 94.352.432/0001-05
Diretora: Ana Maria C. Paixão
Alameda Coelho Neto, 20 sl. 409
Porto Alegre RS 91340-340
+55 51 3332.7474
paixaoeditores@paixaoeditores.com
www.paixaoeditores.com

SUMÁRIO

- 15 **Lista de Siglas**

- 16 **Introdução**

- 21 **Capítulo 1 - Programa Especial de Revisão de Benefícios Previdenciários com indícios de irregularidade**

- 23 **1.1. Criação, duração e objetivos do Programa Especial e do Programa de Revisão**

- 33 **1.2. Seleção dos benefícios previdenciários com indícios de irregularidade**

- 39 **1.2.1. Prazo decadencial para inclusão de benefícios no programa de revisão da Lei 13.846/2019**

- 41 **1.3. Procedimento de revisão dos benefícios previdenciários com indícios de irregularidade**

- 41 **1.3.1. Notificação dos beneficiários.**

- 44 **1.3.2. Defesa e recurso administrativo**

- 46 **1.4. Suspensão cautelar de benefícios.**

- 47 1.5. Institucionalização da prova de vida
- 53 1.6. Revisão de procedimentos internos do INSS
- 55 **Capítulo 2 - Segurados e dependentes**
- 56 2.1. Vedação da inscrição *post mortem* dos segurados facultativo e contribuinte individual
- 59 2.2. Dependentes previdenciários: prova da união estável e da dependência econômica
- 61 2.3. Segurado especial
- 66 2.4. Auxílio-Acidente insuficiente à manutenção da qualidade de segurado
- 69 **Capítulo 3 - Regras da carência**
- 73 **Capítulo 4 - Benefícios**
- 74 4.1. Pensão por morte
- 75 4.1.1. Direito Previdenciário e Direito de Família
- 78 4.1.2. Exigência de comprovação formal da união estável (início de prova material)

82	4.1.3. Exigência de início de prova material para comprovação da dependência econômica
83	4.1.4. Pensão temporária por morte, derivada de pensão alimentícia temporária
86	4.1.5. Habilitação temporária de dependentes
88	4.1.6. Prescrição em desfavor dos filhos menores
91	4.1.7. DIB para os filhos menores
92	4.1.8. Exclusão do Rol de Dependentes do Condenado por Homicídio Doloso do Segurado
94	4.2 Auxílio-reclusão
99	4.3 Auxílio-doença
100	4.4. Salário-maternidade
102	4.5. Decadência
105	4.6. Exigência de início de prova material
108	4.7. Atividade concomitante
110	Capítulo 5 - Cobrança dos valores recebidos como benefício previdenciário indevido
111	5.1. Bem de família
112	5.2 Desconto administrativo e execução fiscal

118	5.3. Ações regressivas
122	Capítulo 6 - Certidão de Tempo de Contribuição (CTC)
130	Capítulo 7 - Compliance Previdenciário
131	7.1. Processo Administrativo Eletrônico
136	7.2. Quebra de sigilo automática dos beneficiários da Previdência e Assistência Social
141	7.3 Restituição de valores creditados a beneficiário falecido
148	7.4 Condutas para Cartórios e Juntas comerciais
152	Capítulo 8 - RPPS – Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos
155	8.1. Valor da pensão por morte
155	8.2. DIB.
157	8.3. Habilitação temporária de dependentes
159	8.4. Pensão temporária por morte, derivada de pensão alimentícia temporária

160	8.5. Convocação para aferição de invalidez, incapacidade ou deficiência
161	8.6 Inclusão do dependente com deficiência intelectual ou mental no rol de beneficiários
163	8.7 Normas Gerais para os RPPS
168	8.8 Compensação financeira
171	Capítulo 9 - Vigência e Direito Intertemporal
176	Conclusões
179	Referências bibliográficas
184	Anexos
185	Lei Nº 13.846, de 18 de Junho de 2019
223	Programa permanente de revisão de benefícios (Art. 69, Lei 8.212/91)